

## Centro de Educação Física e Desportos



- A questão da avaliação
- Composição corporal em militares
- Desenvolvimento perceptivo-motor
- Construção social da atividade corporal
- Predição dos comportamentos da indisciplina
- Ensino-aprendizagem-treinamento tático nos jogos esportivos coletivos

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice G. D. C. O'Connell, Chief Justice of the Supreme Court of the State of New South Wales" and "The Hon. Mr. Justice G. D. C. O'Connell, Chief Justice of the Supreme Court of the State of New South Wales".

**ISSN - 0 1 0 2 - 8 3 0 8**

**IASI - 1 8 5 2 0**

**REVISTA KINESIS**  
**Centro de Educação Física e Desportos**  
**Universidade Federal de Santa Maria**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE**  
**SANTA MARIA**

**Reitor**

Prof. Dr. Odilon Marcuzzo do Canto

**Vice-Reitor**

Prof. Ms. Antonio Adalberto Brum  
Siqueira

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**FÍSICA**

**E DESPORTOS**

**Diretor**

Prof. Ms. Luiz Celso Giacomini

**Vice-Diretor**

Prof. Esp. Antônio M. Flores

**REVISTA KINESIS**

**Comissão Editorial:**

Prof. Dr. Sérgio Carvalho -  
Presidente

Prof. Ms. Ivon Chagas da Rocha  
Junior

Prof. Ms. Roque Luiz Moro

Prof. Ms. Sara T. Corazza Kroth

Prof. Ms. Silvio Claudio Pereira  
Rodrigues

**Editor**

Cergui Ronei Prado Lima

Phillip Vilanova Ilha

**Diretor do Núcleo de Divulgação  
do CEFD - UFSM**

Jandir C. dos S. Martins

**Capa ( Art-Final)**

Mari Ângela Costela

Wagner Rodrigues Soares

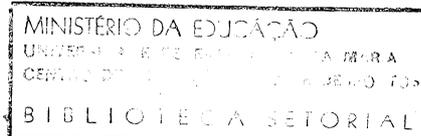
**CONSULTORES:**

Prof. Dr. Alan Asquit, CEFD -  
UFSM (Vis.)

Prof. Dr. Alúcio O. V. Ávila,  
CEFD/UFSM

Prof. Dr. Ademir de Marco,  
FEF/UNICAMP

Prof. Dr. Adroaldo C. A. Gaya,  
ESEF/UFRGS



Prof. Dr. Airton José Rombaldi,  
ESEF/UFPEL  
Prof. Dr. Alberto C. Amadio,  
EEF/USP  
Profª. Dra. Ana M. Pellegrini,  
DEF/UNESP  
Profª. Dra. Antonia Bankoff,  
FEF/UNICAMP  
Prof. Dr. Cândido S. Pires Neto,  
CEFD/UFSM  
Profª. Dra. Celi N. Z. Taffarel,  
DEF/UFPE  
Prof. Dr. Dartagnan P. Guedes,  
DFE/UJEL  
Prof. Dr. Dietmar M. Samulski,  
ESEF/UFMG  
Prof. Dr. Edio L. Petroski,  
CDS/UFSC  
Prof. Dr. Eduardo H. De Rose,  
ESEF/UFRGS  
Prof. Dr. Elenor Kunz, CDS/UFSC  
Prof. Dr. Go Tani, EEF/USP  
Profª. Dra. Ingrid M. Baecker,  
CEFD/UFSM  
Prof. Dr. Iouri Kalinini Petrovichi,  
CEFD - UFSM  
Prof. Ms. Ivon Chagas da Rocha  
Junior, CEFD - UFSM  
Prof. Dr. Jefferson T. Canfield,  
CEFD/UFSM  
Prof. Dr. João Carlos J. Piccoli,  
ESEF/UFPEL  
Prof. Dr. João L. Zinn, CEFD/UFSM  
Prof. Dr. Lino Castellani Fº,  
FEF/UNICAMP  
Prof. Dr. Luiz Osório C. Portela,  
CEFD/UFSM  
Profª. Dra. Maria B. Ferreira,  
FEF/UNICAMP  
Profª. Dra. Maria Fátima Duarte,  
CDS/UFSC

Prof. Dr. Markus V. Nahas,  
CDS/UFSC  
Profª. Dra. Marta S. Canfield,  
CEFD/UFSM  
Prof. Dr. Pablo Grego, ESEF/BH-MG  
Prof. Dr. Paulo S. C. Gomes,  
CCH/UGF  
Prof. Dr. Pedro J. Winterstein,  
FEF/UNICAMP  
Prof. Dr. Ricardo D. S. Petersen,  
ESEF/UFRGS  
Prof. Dr. Renan M. F. Sampedro,  
CEFD/UFSM  
Prof. Ms. Roque Luiz Moura, CEFD  
- UFSM  
Prof. Dr. Ruy J. Krebs, CEFD/UFSM  
Profª. Dra. Sandra M. Matsudo,  
CELAFISCS  
Prof. Ms. Sara T. Corazza Kroth,  
CEFD - UFSM  
Prof. Dr. Sebastião I. L. Melo,  
CEFD/UEDESC  
Prof. Dr. Sérgio Carvalho, CEFD -  
UFSM  
Prof. Ms. Silvio Claudio Pereira  
Rodrigues, CEFD - UFSM  
Prof. Dr. Ubirajara Oro, CDS/UFSC  
Prof. Dr. Valdir J. Barbanti,  
EEF/USP  
Prof. Dr. Valter Bracht, CEFD/UFES  
Prof. Dr. Victor K. R. Matsudo,  
CELAFISCS  
Prof. Dr. Volmar Geraldo da S.  
Nunes, ESEF/UFPEL

Kinesis / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de  
Educação Física e Desportos. - Nº Especial (1984).  
Santa Maria, 1984 -

Continuação a partir de 1984 da Revista do Centro de  
Educação Física e Desportos, Vol.2,no. 3 (1979)

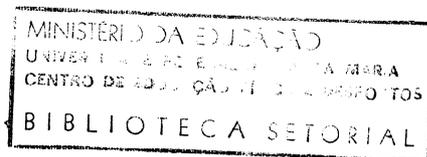
Semestral

IASI - 18520

ISSN - 0102-8308

CDU: 796/797

Ficha catalográfica elaborada por:  
Maristela Hartmann - CRB - 10/737  
Biblioteca Central - UFSM



## EDITORIAL

### REVISTA KINESIS

Ao assumirmos a Presidência do Conselho Editorial da Revista Kinesis, antes de tudo, e em nome da coerência profissional, devemos um pedido de desculpas aos nossos leitores e assinantes. Incluem-se, neste pedido, as Instituições que dela se serviram, anos a fio, ajudando-nos a divulgar a produção dos textos que nela foram impressos. Desculpas, por entendermos que uma revista científica tem como obrigação mínima manter sua periodicidade no âmbito da Educação Física brasileira. De outro lado, esclarecer que as mudanças que ocorreram neste espaço de tempo em termos de capa, número de páginas, distribuição, formato do texto... se devem, basicamente, a uma constante busca sobre o entendimento e/ou significado da importância de uma revista de divulgação científica para o Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. Entendemos, entretanto, que a proposta atual não se encerra em si mesma. Ela apenas apontará para uma direção, um rumo. E é a partir deste rumo que pretendemos avançar. Buscar-se-á intercambiar, interagir e permutar conhecimento. Evidente está, que jamais esquecemos ou negaremos a trajetória vitoriosa daqueles colegas que nos antecederam à frente da Kinesis.

Buscaremos avançar. Queremos fazer da Kinesis novamente uma das referências na e para a Educação Física. Para tanto, queremos a colaboração de todos vocês. Das sugestões ou críticas ao envio de matérias para serem publicadas. Nossa meta primeira será reconquistar o nosso quadro de assinantes, ao mesmo tempo em que buscaremos ampliá-lo. Tenham a certeza de que a periodicidade será uma das nossas aliadas.

Para tanto, e reafirmando o que dizemos, estamos lançando os números 15, 16, 17 e 18 datados de 1997, mas que se referem, exceto a de número 18, a anos anteriores. Com isso, cremos estar colocando à disposição do nosso leitor os números da revista que ainda estavam por publicar.

Boa leitura

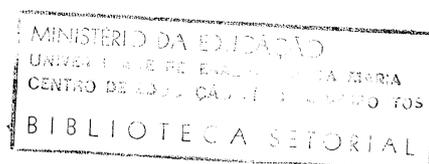
Sérgio Carvalho

**REVISTA KINESIS**

**n. 17, 1997**

**SUMÁRIO**

A questão da avaliação.....	07
Alex FENSTERSEIFER	
Composição corporal em militares utilizando densitometria, antropometria e impedância bioelétrica: um estudo comparativo.....	15
Acair S. LOPES e Cândido S. PIRES NETO	
Efeito de um programa ludo-motivado do desenvolvimento perceptivo-motor de crianças com déficits mentais.....	31
Maria Elisa C. FERREIRA e Vernon F.SILVA	
Construção social da atividade corporal em áreas emergentes: sobrevivência e/ou saúde.....	55
Maria Beatriz ROCHA FERREIRA	
Contributos para a predição dos comportamentos de indisciplina dos alunos em aulas de educação física.....	65
Francisco E. D. MENDES, João N. PIMENTEL	
Proposta de uma modelo para sistematização do processo de ensino-aprendizagem- treinamento tático nos jogos esportivos coletivos.....	87
Pablo J. GRECO	
<b>NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</b> .....	105





## A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO

Alex FENSTERSEIFER<sup>1</sup>

---

### INTRODUÇÃO

Em nosso entendimento, avaliar é estar junto com os educandos no processo de construção do conhecimento. O professor deve estar atento, contribuindo para o desenvolvimento do aluno, compreendendo-o como um ser global, com ampla participação em todos os momentos em que a aprendizagem vai se desenvolvendo.

Avaliar é olhar criticamente sobre o que estamos fazendo. Esse olhar nos dará condições de decidirmos sobre as formas de melhorar a construção na qual estamos trabalhando.

Avaliar, antes de ser a análise de uma questão pontual, é uma síntese e, assim, precisa ser pensada como totalidade que desestabiliza do início ao fim de um etapa determinada. Avaliar não é uma tarefa analítica de um momento que pergunta pelos momentos anteriores e quer uma resposta pronta e imediata. Avaliar é uma questão do cotidiano - aquilo que se deve fazer todos os dias e não um Juízo Final (Almeida, 1995). Interpretando o autor, pensamos que, para não ser juízo final, a avaliação "não" deve ser um processo "terminal", ou seja, um momento isolado do processo pedagógico, mas uma prática contínua presente em todas as suas etapas.

O significado primeiro e essencial da ação avaliativa é "prestar muita atenção" ao aluno, insistindo em conhecê-lo melhor, em entender suas falhas, seus argumentos, tentando conversar com ele, em todos os momentos, ouvindo todas as suas perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões, até na busca de alternativas para uma educação Física voltada para a autonomia moral, consciente e competente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade.

Avaliação também é uma ação eminentemente social - não é a atividade de um sujeito isolado, nem mera atividade técnica - e, como tal, simultaneamente produto social de certo tipo de sociedade.

Concordamos com Hoffmann (1993) que estudar avaliação não significa saber teorias de medidas educacionais (elaboração de testes) e tratamento estatístico na atribuição de notas e conceitos, cálculos de médias, análises de itens

---

1-Prof. Ms. Departamento de Educação Física /UFSC

de testes). Não devemos iniciar por essas discussões, porque a elaboração de instrumentos e registros de avaliação são imagens de um trabalho, refletem o significado da avaliação, devem ser discutidos posteriormente.

Uma prática emancipatória da avaliação não deve ser confundida com uma revolução de métodos e técnicas, mas uma compreensão diferenciada do seu significado, uma consciência crítica de nossas ações.

Para analisarmos a avaliação como uma ação emancipatória, de fato, é preciso partir da negação da prática atual quanto ao seu caráter de terminalidade, de obstrução, de construção de erros e acertos.

Para iniciarmos as mudanças, devemos abrir ao ser humano possibilidades de construção do conhecimento, dentro de uma realidade de liberdade e emancipação. É preciso fazer com que suas vitórias e derrotas sejam a continuação de uma nova caminhada rumo à construção de uma realidade educacional crítica. É nessa perspectiva emancipatória que acreditamos que a avaliação deva acontecer.

Se não tivermos como enfoque principal o educando enquanto ser sujeito do seu próprio desenvolvimento, de nada valerão as inovações que vierem a ser introduzidas. Da mesma forma, se a busca das soluções for uma preocupação de indivíduos isolados, pequenos grupos ou de alguns administradores, o esforço poderá ser em vão. A reconstrução da avaliação não acontecerá por experiências isoladas ou fragmentadas, mas por uma ação continuada que ultrapasse os muros das instituições.

Confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento.

Hoffmann (1995) comenta que a avaliação precisa encaminhar um processo dialógico e cooperativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos, no ato próprio de avaliar. É urgente direcionar a avaliação, a partir da efetiva relação professor e aluno, para o benefício da educação do nosso país, contrapondo-se à concepção sentenciosa, grande responsável pelo processo de eliminação de crianças e jovens da escola.

Em suas análises Almeida (1995) convida-nos a tomar avaliação, cada vez mais, uma ação coletiva em que professor e aluno, juntos, perguntem e respondam, digam o que é "certo" e o que é "errado", digam sim e não, reprovem-se, recuperem-se e aprovelem-se. Segundo ele, é preciso conceber a avaliação como espaço de argumentação, como processo ético de racionalização. Precisamos, entender ainda que é função do professor planejar e vivenciar a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, mas que ela não pode ser uma atribuição exclusivamente do professor.

Na tarefa de reconstrução da prática avaliativa, consideramos premissa básica e fundamental a postura do questionamento do educador. A avaliação é a

reflexão transformada em ação. Ação que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo através do qual educandos/educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

Apoiando-nos no posicionamento de Chauí (1980), queremos dizer que a universidade e os professores deverão fazer diretamente a reflexão, a análise e a problematização da prática avaliativa. De acordo com a autora, a falta de clareza sobre a avaliação, por parte dos professores, tem sido um dos problemas para construção do conhecimento e, conseqüentemente, não tem contribuído de maneira significativa para melhoria da qualidade de ensino.

É fundamental que façamos um trabalho de reflexão do processo pedagógico, porque, se não refletirmos o suficiente sobre a avaliação dos alunos e das atividades pedagógicas do professor, não faremos uma avaliação coerente. Se não acompanharmos o processo de ensino, com certeza, também não estaremos melhorando nossa prática de ensino.

Uma prática avaliativa coerente com essa perspectiva exige do professor o aprofundamento em teorias do conhecimento e uma visão, ao mesmo tempo, ampla e detalhada de sua disciplina, fundamentos teóricos que lhe permitam estabelecer conexões entre as hipóteses formuladas pelos alunos e a base científica do conhecimento. Visão que possibilite vislumbrar novas questões e possibilidades de investigação a serem sugeridas para o educando e a partir das quais, ocorra a continuidade e aprofundamento da área do conhecimento.

Torna-se, então, importante o acompanhamento pelo professor das tarefas realizadas pelo educando em todos os graus de ensino. Esse acompanhar, todavia, requer abandonar o significado atual de "retificar, prescrever, sublinhar, apontar erros e acertos". Transforma-se numa atividade de pesquisa e reflexão sobre as soluções apresentadas pelo aluno, anotando respostas diferentes, questões não respondidas, registrando-se relações entre as soluções apresentadas por ele.

Segundo Luckesi (1995), avaliar não é um mero ato de atribuir notas, mas um aprendizado para o cotidiano de qualquer pessoa. Entende o autor que, se o professor sozinho não é capaz de avaliar e, principalmente, ao fazê-lo, corre o risco de ensinar aos alunos que a avaliação é ato de autoridade, então, é preciso trocar o segredo pela transparência.

O educador precisa estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação fosse somente isso, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas esse não é o problema.

Os professores estão por demais preocupados com suas metodologias. Seguidamente solicitam receitas de avaliação. No entanto, de nada valem as

orientações metodológicas se não estiverem fundamentadas numa concepção de avaliação justa e coerente.

Devemos assumir a responsabilidade de refletir sobre toda a produção de conhecimento do aluno promovendo o movimento favorecendo a iniciativa e a curiosidade na pergunta e no responder e construindo novos saberes com os alunos. É preciso também fazermos a reorientação imediata da aprendizagem, o encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, não bastando o educando reproduzir, automaticamente, as informações que a ele forem confiadas. É preciso que as compreenda, manipule e possa utilizar de modo flexível e multilateral.

A prática pedagógica como um todo precisa oferecer alternativas para que o aluno possa aprender a pensar, organizar-se, pesquisar e elaborar o seu próprio conhecimento. Daí, a necessidade de avaliar não somente a aprendizagem dos alunos mas também a totalidade do processo educativo.

Ao invés de classificar aluno, é preciso trabalhar com a evolução dos mesmos nas diferentes etapas do processo, ajudando-os a se comprometerem com tal processo. Se não for assim o aluno poderá acomodar-se diante de suas incoerências, mesmo que isso venha em prejuízo de sua formação. Poderá entrar no jogo do professor: fazer aquilo que o professor quer que ele faça, independente de suas necessidades e interesses. Por isso, é necessário que a participação ativa e crítica do educando não seja apenas permitida mas, principalmente, incentivada.

Sendo avaliado, em todos os momentos da aprendizagem, o aluno estará aprendendo também a avaliar os momentos de sua vida na sociedade, auto-avaliar-se, descobrir-se e pensar em si como parte do corpo social.

A avaliação emancipatória tem caráter participativo. O importante é que, em aula, os alunos possam dizer como estão se sentindo em relação ao trabalho (aos objetivos selecionados, ao método adotado, ao conteúdo escolhido), expressar a maneira como estão percebendo suas dificuldades e conquistas e sugerir alternativas para a continuidade de seus estudos.

Isso significa que a prática educacional não deve sustentar-se única e exclusivamente em conteúdos fechados, mas construir um processo de conscientização de educadores/educandos sobre a realidade.

O educador deve problematizar os conteúdos e não apenas falar deles, dando aos alunos a possibilidade de se exercitarem na prática de pensar criticamente e de tirar suas próprias interpretações dos fatos (Damke, 1995).

Se houver esse entendimento, a avaliação será considerada dentro do planejamento e da construção dos conteúdos, e não somente para verificar se os conteúdos foram aprendidos como um resultado final de todo processo ensino-aprendizagem.

"Utilizar uma avaliação correta significa estabelecer um padrão mínimo de conhecimento, habilidades e hábitos que o educando deverá adquirir e não uma média mínima de notas, como ocorre na prática avaliativa de hoje" (Luckesi, 1995, p.96).

O autor ainda comenta que essa "Média" deve significar o mínimo necessário de aprendizagem em todas as condutas indispensáveis ( não média das notas). Aquele que não apresentou o mínimo seria reorientado".

O autor enfatiza também a importância do mínimo necessário determinado pela comunidade e o coletivo dos educadores que trabalham em um determinado programa, a partir de um padrão preestabelecido. Propõe ainda que a avaliação verifique a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas dos mínimos necessários.

Decorre, dessa idéia, a necessidade da avaliação também oportunizar aos alunos muitos momentos para expressarem suas posições e retomarem as dificuldades referentes aos conteúdos introduzidos e desenvolvidos bem como se posicionarem criticamente frente à prática avaliativa.

Sendo assim, os resultados da avaliação estarão a serviço do desenvolvimento do aluno, levando-o a um compromisso com a aprendizagem e não com o "alcance de média", que lhe garanta aprovação.

Em síntese, desejamos que a prova seja utilizada como um dos meios de construção de nossa ação educativa. Como ponto de partida para ir além no acompanhamento do processo de construção do conhecimento. Por isso, é necessário que seja lida com rigor científico, não tendo como objetivo aprovação ou reprovação, mas compreensão adequada do **processo**, de forma que possa se avaliar no seu **processo** de crescimento.

Para ultrapassarmos posturas convencionais na avaliação do desempenho dos alunos, é indispensável o aprofundamento em questões de aprendizagem e o domínio da área de conhecimento das diferentes disciplinas. Antes disso, precisamos acreditar que existem muitas respostas possíveis às charadas que enfrentamos. Ao invés de certo ou errado, devemos fazer anotações significativas para professor e aluno, apontando-lhes, possibilidades de aprimoramento. Isso certamente, será mais produtivo.

Outro ponto que Hoffmann (1995) levanta é a média. Entende ela que, da maneira como é utilizada na educação, a média é enganosa pois opera com pequena quantidade de elementos e, dessa forma, cria uma forte distorção na expressão da realidade.

Todo encontro entre pessoas constitui-se em encontro de avaliação. Não obstante, é preciso prever momentos específicos para avaliar o processo educativo, nos quais cada pessoa e o grupo param e conversam; contam a suas experiências, suas dificuldades e possibilidades, expressam seus sentidos em relação ao trabalho, o que já conquistaram e o que falta conquistar; apresentam

sugestões para sua continuidade. E isso não se restringe à avaliação da aprendizagem de conteúdos sistematizados de um programa preestabelecido.

Quando se refere, especificamente, à aprendizagem, a avaliação deverá ser assumida como instrumento de compreensão do estágio em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avaliá-lo no seu processo de aprendizagem de maneira melhor.

É necessário também entender a avaliação da aprendizagem como instrumento auxiliar de construção da aprendizagem e não de aprovação ou reprovação dos alunos, uma avaliação preocupada com o desenvolvimento do aluno.

Hoffmann (1995) almeja a construção de uma prática que respeite o princípio ou confiança máxima na possibilidade de o educando vir a aprender.

Portanto, a avaliação tem por função diagnosticar e estimular o avanço do conhecimento. Precisa ser uma busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e de dinamização de novas oportunidades de conhecimento.

Concordamos com a autora que, para poder contribuir para melhoria do planejamento e realização do ensino, constitui condição necessária um tipo de reflexão que não limite a análise do ensino a uma comparação do objetivo e do resultado, a uma análise das condições determinantes de sucessos e insucessos, de rendimento e falta de rendimento.

Ao contrário, a avaliação precisa ser contínua, integrada no processo global de avaliação do curso, de maneira que verifique vários momentos do desenvolvimento do aluno. A idéia é comparar o aluno com seu próprio crescimento, e não com o seu progresso em dado momento, com um parâmetro externo.

Nessa perspectiva, coloca-se Bertolucott (1986). Segundo ele, é necessário fazer o ensino com base na concreticidade a partir dos conhecimentos do estudante. Por isso, deveríamos começar a prática pedagógica por aí, incluindo a leitura crítica dessa situação e um trabalho de análise de situações e suas relações. Também apresentá-las a partir de categorias de diferentes tipos de conhecimento. Seria um avanço abandonar as formas repetitivas de ensinar a pseudo-pesquisa e introduzir, com consistência, a investigação, a discussão e a elaboração crítica, individual e grupal. Dessa maneira, a avaliação educacional iria manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora.

Por sua vez, Vasconcelos (1995) afirma que precisamos pensar num processo de avaliação que possa contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento, sendo necessário ser: democrático, abrangente, participativo, contínuo.

Complementando as idéias de Vasconcelos, afirmamos que o primeiro passo para redirecionar os caminhos da prática da avaliação é assumir um

posicionamento pedagógico claro e explícito. Segundo o autor, o que distorce a avaliação não é a existência da mesma, mas a maneira como é feita e a finalidade a que ela serve.

Mas os grandes desafios para os professores são:

1) Comprometerem-se efetivamente com a aprendizagem de todos os alunos.

2) Relacionarem-se com os alunos como se não houvesse a possibilidade de reprovação.

Para atingirmos esse objetivo precisamos acreditar que o aluno construirá algum conhecimento, e perguntar: O que podemos fazer para que ele esteja o mais plenamente preparado? E precisamos agir de que forma? Fazendo todo o possível para o aluno se desenvolver, crescer como pessoa e construir seu conhecimento.

Faz-se necessário também, antes de qualquer avaliação, que o professor se auto-avale, que se veja no seu tempo, que se informe sobre a sociedade da informação e se veja na velocidade das mudanças de todo dia.

Esperamos que, através da avaliação, o professor possa ter elementos para ver qual o melhor caminho para o ser humano e como os alunos aprendem melhor.

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem. A condição necessária para que isso aconteça é que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o seu crescimento.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Custódio L. Avaliação como aprendizagem de cidadania. **Revista de Educação AEC**. Brasília, Coronário, v. 94, p.: 49-58, 1995.
- BERTOLUCIOTT, Margot, Práticas avaliativas: adesão ou libertação. **Revista de Educação AEC**. Brasília, Fórmula Gráfica, v. 60, p.:17-22, 1986.
- CHAUI, M.I. Ideologia e Educação. In: **Educação e sociedade**. Cortez, 5(24-40), 1980.
- DAMKE, I.R. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação**. As idéias de Freire, Fiori e Dussel. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.
- FENSTERSEIFER, A. **Avaliação da aprendizagem dos alunos do curso graduação em Educação Física**. Santa Maria, UFSM, 1996. 202p. Dissertação de Mestrado em Ciência do Movimento Humano, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, 1996.
- HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**. Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993..

- **Avaliação mito e desafio uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre, Mediação editora, 1995.
- LUCKESI, C.C. **A avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo, Cortez, 1995.
- SHOR, I & FREIRE. **Medo e ousadia.** Rio janeiro, Paz e terra, 1986.
- VASCONCELOS, Celso. Algumas observações sobre a mudança na prática da avaliação. **Revista de Educação AEC.** Brasília, Coronário, v. 94, p.:87-98, 1995.